



# Concurso Público

# ANALISTA DE

# PLANEJAMENTO E

# ORÇAMENTO

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Data: 08/01/2012 - Tarde  
Duração: 4 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 30 (trinta) questões da Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo, e as propostas de temas para a Prova Discursiva:

Contabilidade Pública	Planejamento e Orçamento Público	Discursiva
51 a 60	61 a 80	Temas

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

c) Um **Caderno de Prova Discursiva**.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:  A  B  C  D  E

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, alculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

**Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.**

**O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.**

**Somente decorridas 3 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.**

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.



**CONTABILIDADE PÚBLICA**

Análise os dados apresentados abaixo para responder às questões de números 51 a 59.

O Balanço Patrimonial de um determinado Estado da federação, relativo ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2009, apresentava a seguinte estrutura:

ATIVO		PASSIVO	
Caixa e Equivalente de Caixa	25.000	Restos a Pagar	15.000
Bens Móveis	47.000	Dívida Fundada Interna	57.000
Dívida Ativa	6.000	Saldo Patrimonial	6.000
<b>TOTAL</b>	<b>78.000</b>	<b>TOTAL</b>	<b>78.000</b>

O Diário Oficial do Estado, na edição do dia 02/01/2010, publicou a Lei Orçamentária Anual, que estimou a receita, para o exercício financeiro de 2010, no montante de R\$ 970.000 (Novecentos e setenta mil), e fixou a despesa em igual valor, discriminado conforme o seguinte quadro:

Títulos	Previsão	Títulos	Fixação
Receitas Correntes	770.000	Despesas Correntes	850.000
Receitas de Capital	200.000	Despesas de Capital	120.000

Em 31/12/2010, a Divisão de Contabilidade da Secretaria de Fazenda do Estado elaborou os seguintes demonstrativos referentes à execução orçamentária e financeira, durante o ano fiscal:

**Quadro I – Receitas Arrecadadas**

Fontes de Recursos	R\$
Receitas Tributárias	560.000
Operações de Crédito Internas	70.000
Alienação de Bens Móveis	30.000
Serviços	140.000
Patrimoniais	80.000
Cobrança da Dívida Ativa	6.000
Outras Receitas Correntes	20.000
Contribuições	46.000
<b>TOTAL</b>	<b>952.000</b>

**Quadro II – Despesas Orçamentárias**

Elementos de Despesas	Despesas Liquidadas	Despesas Liquidadas e Pagas
Vencimento Pessoal Ativo	----	648.000
Encargos Sociais	----	35.000
Serviços de Terceiros	10.000	58.000
Juros da Dívida	----	15.000
Material de Consumo	15.000	66.000
Material Permanente	2.000	56.000
Amortização da Dívida Pública	-----	60.000
<b>TOTAL</b>	<b>27.000</b>	<b>938.000</b>

Como informações complementares, foram realizadas, também, as seguintes operações durante o exercício financeiro:

I- Recebimento de terceiros, de diversas cauções em dinheiro.....R\$ 20.000

II- Incorporou um imóvel doado por instituição privada..... R\$ 5.000

III- Efetuado cancelamento de Restos a Pagar inscritos em 2009.... R\$ 3.000

IV- Das aquisições efetuadas e recebidas de material de consumo, uma parcela correspondente a R\$ 20.000 foi destinada ao almoxarifado para futuras distribuições e/ou fornecimentos.

V- Pagamento de Restos a Pagar inscritos em 2009..... R\$ 10.000

VI- Baixa, por extravio, de bens móveis ..... R\$ 2.000

VII- Saída para consumo, de material de almoxarifado..... R\$ 16.000

VIII- Inscrição, na Dívida Ativa, referente a diversos contribuintes que não realizaram pagamento de tributos, referente ao exercício financeiro de 2010..... R\$ 4.000

**Observação:**

**Conforme preconizado na legislação vigente aplicada ao setor público, o referido Estado elaborou suas demonstrações contábeis, relativas ao exercício financeiro de 2010, com base nas estruturas originais, anexas à Lei 4.320/64.**

**51.** O Balanço Orçamentário elaborado demonstrou que o Resultado Global correspondeu a um:

- A) déficit orçamentário de R\$ 18.000
- B) déficit orçamentário de R\$ 13.000
- C) déficit orçamentário de R\$ 11.000
- D) superávit orçamentário de R\$ 13.000
- E) superávit orçamentário de R\$ 18.000

**52.** Ainda com base no mesmo balanço da questão 51, a Economia Orçamentária indicada foi no montante de:

- A) R\$ 5.000
- B) R\$ 13.000
- C) R\$ 4.000
- D) R\$ 18.000
- E) R\$ 38.000

**53.** Pode-se afirmar que o Resultado Financeiro do Exercício, apurado em 31/12/2010, foi positivo no valor de:

- A) R\$ 4.000
- B) R\$ 13.000
- C) R\$ 14.000
- D) R\$ 24.000
- E) R\$ 38.000

**54.** No exercício financeiro de 2010, o montante das Receitas Não Efetivas arrecadadas foi igual a:

- A) R\$ 70.000
- B) R\$ 100.000
- C) R\$ 106.000
- D) R\$ 116.000
- E) R\$ 126.000

**55.** Na Demonstração das Variações Patrimoniais elaborada, o montante referente à Mutações Patrimoniais Ativas foi igual a:

- A) R\$ 58.000
- B) R\$ 78.000
- C) R\$ 83.000
- D) R\$ 118.000
- E) R\$ 138.000

**56.** O somatório correspondente às Variações Passivas Independentes da Execução Orçamentária correspondeu ao seguinte montante:

- A) R\$ 2.000
- B) R\$ 8.000
- C) R\$ 18.000
- D) R\$ 24.000
- E) R\$ 27.000

**57.** O Resultado Patrimonial do exercício, apurado em 31/12, correspondeu a um:

- A) déficit de R\$ 13.000
- B) déficit de R\$ 19.000
- C) superávit de R\$ 13.000
- D) superávit de R\$ 19.000
- E) superávit de R\$ 40.000

**58.** O valor do Ativo Real demonstrado no Balanço Patrimonial, referente ao exercício encerrado em 31/12/2010, foi igual a:

- A) R\$ 78.000
- B) R\$ 82.000
- C) R\$ 127.000
- D) R\$ 131.000
- E) R\$ 135.000

**59.** O saldo patrimonial indicado no Balanço Patrimonial, elaborado no final do exercício, correspondeu a um:

- A) Ativo Real Líquido de R\$ 11.000
- B) Passivo a Descoberto de R\$ 39.000
- C) Passivo Real Líquido de R\$ 116.000
- D) Ativo Real Líquido de R\$ 19.000
- E) Passivo Real Líquido de R\$ 81.000

**60.** A Secretaria de Educação de um determinado Estado da Federação, na Lei Orçamentária Anual de 2010, foi contemplada com uma dotação de R\$ 144.000. Em 30/09/2010, entre outras, as contas abaixo, do subsistema orçamentário, apresentavam os seguintes saldos:

- Crédito Empenhado a Liquidar..... 18.400
- Crédito Empenhado Liquidado a Pagar..... 22.000
- Crédito Empenhado Liquidado Pago..... 40.000
- Crédito Indisponível..... 46.000

Sabendo-se que, em julho, a Secretaria recebeu um crédito adicional de R\$ 4.000 e que, em 25 de agosto, efetuou uma descentralização de crédito para a Secretaria de Saúde no valor de R\$ 13.600, a disponibilidade orçamentária da Secretaria de Educação, no final do mês, correspondia ao montante de:

- A) R\$ 46.000
- B) R\$ 21.600
- C) R\$ 54.000
- D) R\$ 67.600
- E) R\$ 8.000

## PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO

**61.** Segundo a LRF, excluídas as duplicidades, a receita corrente líquida será apurada somando-se:

- A) as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores
- B) as receitas previstas no mês em referência e nos onze anteriores
- C) as receitas tributárias no mês de dezembro e nos onze anteriores
- D) as receitas estimadas no primeiro mês de referência e nos onze posteriores
- E) as receitas previstas nos onze meses anteriores mais o mês em referência

**62.** Verificar a exata observância dos limites das cotas trimestrais da despesa atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído, é competência do seguinte órgão, ou equivalente:

- A) da auditoria
- B) do controle interno
- C) da contabilidade
- D) da diretoria financeira
- E) do departamento de orçamento

**63.** Na lei de orçamento, as receitas decorrentes do retorno de valores anteriormente emprestados a outras entidades de direito público são denominadas:

- A) Operações de Crédito
- B) Amortização de Empréstimos
- C) Transferências de Capital
- D) Alienação de Bens
- E) Outras Receitas de Capital

**64.** O orçamento base zero terá por característica:

- A) ênfase nos aspectos contábeis e de controle externo da gestão
- B) revisão dos gastos tradicionais de cada unidade orçamentária de forma crítica
- C) legalidade na execução do orçamento
- D) avaliação periódica da integridade dos gestores públicos
- E) desvinculação dos processos de planejamento e de programação financeira-orçamentária

**65.** Considera-se material permanente, para efeito de classificação da despesa na lei do orçamento, o de duração superior a:

- A) três meses
- B) seis meses
- C) nove meses
- D) um ano
- E) dois anos

**66.** Segundo a LRF, serão nulos de pleno direito os atos que resultem em aumento de despesa com pessoal, expedidos pelo titular do respectivo Poder ou Órgão, no seguinte período, em relação ao final do seu mandato:

- A) nos 3 meses anteriores
- B) nos 5 meses anteriores
- C) nos 60 dias anteriores
- D) nos 90 dias anteriores
- E) nos 180 dias anteriores

**67.** Segundo a Lei 4.320/64, o controle da execução orçamentária compreenderá:

- A) a legalidade dos fatos de que resultem a arrecadação da receita e o nascimento ou extinção de direitos e obrigações
- B) o cumprimento dos projetos expressos em termos monetários relativos à realização de obras e prestação de serviços
- C) a legalidade dos fatos e o cumprimento dos projetos relativos à realização de obras e prestação de serviços
- D) a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos
- E) a legalidade dos fatos, o cumprimento dos projetos e a fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores

**68.** A redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária, para ajuste dos gastos com pessoal aos percentuais determinados na LRF, será:

- A) obrigatória
- B) facultativa
- C) objeto de lei específica
- D) permitida em casos especiais
- E) permitida por decreto legislativo

**69.** A aquisição de material, o fornecimento e a adjudicação de obras e serviços regulados em lei obedecerão ao princípio da:

- A) concorrência
- B) competência
- C) universalidade
- D) exclusividade
- E) especificação

**70.** A alternativa abaixo que **não** corresponde a compromissos exigíveis provenientes de operações, e que deverão ser pagos independentemente de autorização orçamentária e classificados no Passivo Financeiro, é:

- A) dívida fundada
- B) restos a pagar
- C) consignações
- D) serviços da dívida a pagar
- E) débitos de tesouraria

**71.** Com as fortes chuvas do verão passado várias pontes foram danificadas em determinado município, e não havia, na Lei de Orçamento, despesa específica para recuperá-las. Nesse caso, para realizar o reparo nas referidas pontes, o correto seria solicitar abertura de:

- A) crédito adicional
- B) crédito emergencial
- C) crédito extraordinário
- D) crédito especial
- E) crédito suplementar

**72.** O pagamento de despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente constituídas, por estabelecimentos bancários credenciados, e, em casos excepcionais, por meio de:

- A) cheque
- B) cartão de débito
- C) transferência bancária
- D) cheque administrativo
- E) adiantamento

**73.** A despesa total com pessoal em cada período de apuração nos estados e municípios, respectivamente, não poderá exceder da receita corrente líquida em:

- A) 40% e 60%
- B) 50% e 60%
- C) 60% e 60%
- D) 60% e 50%
- E) 60% e 40%

**74.** Com base na LRF, a alternativa que **não** corresponde a renúncia de receita é:

- A) subsídio
- B) crédito presumido
- C) remissão
- D) isenção geral
- E) anistia

**75.** Sem suprimir de qualquer modo a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de:

- A) prestação de contas e tomada de contas
- B) controle, tomada de contas e inquérito administrativo
- C) prestação de contas e tomada de contas especial
- D) controle, prestação de contas, tomada de contas e inquérito administrativo
- E) controle, prestação de contas e tomada de contas

**76.** A emissão da nota de empenho será dispensada, conforme previsto em legislação específica, em casos:

- A) de catástrofes
- B) de créditos extraordinários
- C) especiais
- D) de descentralização orçamentária
- E) de créditos especiais

**77.** Nos termos da Lei 4320/64, a cota de receita que uma entidade pública deva transferir para outra deverá ser incluída, no orçamento da entidade que a deva receber, como:

- A) receita
- B) despesa
- C) inversões financeiras
- D) transferências de capital
- E) investimentos

**78.** No orçamento tradicional ou clássico, as decisões orçamentárias serão tomadas:

- A) a partir da consecução de objetivos, metas, diretrizes e prioridades
- B) em função dos recursos existentes e das necessidades dos dirigentes das unidades orçamentárias
- C) com base em análises das alternativas possíveis e das necessidades dos dirigentes das unidades orçamentárias
- D) com base em critérios técnicos e de objetivos, metas, diretrizes e prioridades
- E) a partir das necessidades ou do poder político dos dirigentes das unidades orçamentárias

**79.** O superávit ou déficit financeiro de um ente público é apurado no seguinte demonstrativo:

- A) Balanço Financeiro
- B) Balanço Patrimonial
- C) Balanço Orçamentário
- D) Demonstração do Resultado
- E) Sistema de Compensação

**80.** A indicação prévia da fonte de recursos é necessária para abertura de créditos classificados como:

- A) suplementares e extraordinários
- B) especiais e extraordinários
- C) adicionais e especiais
- D) especiais e suplementares
- E) extraordinários e adicionais

## PROPOSTAS PARA A PROVA DISCURSIVA

Utilize o espaço disponível para rascunho neste Caderno de Questões e transcreva o seu texto para o local indicado no Caderno de Prova Discursiva.

### Contabilidade Pública

#### Questão 01

Produza um texto, utilizando o mínimo de 20 (vinte) linhas e o máximo de 30 (trinta) linhas, que atenda a uma das 3 (três) propostas apresentadas a seguir, de sua livre escolha.

**TEMA 1.** Com o advento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP –, inicia-se uma verdadeira revolução na Contabilidade Governamental brasileira. A ênfase passa a ser o patrimônio como objeto de estudo da contabilidade enquanto ciência. O orçamento deixa de ser o protagonista da administração pública para se tornar um coadjuvante importante que trata do fluxo de caixa do Governo, com base em autorização legislativa, para arrecadar receitas e realizar despesas.

Uma outra alteração importante diz respeito ao regime contábil adotado para a escrituração das contas públicas.

Tendo em vista os dispositivos da Lei nº 4.320/64 e das NBCASP, explique qual o novo regime contábil e também, cite e explique quais as principais diferenças entre o enfoque orçamentário e o enfoque patrimonial que coexistem na contabilidade do setor público.

GRADE DE AVALIAÇÃO - TEMA 1	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Citação do regime contábil e a sua interpretação sob as perspectivas do setor público	0 a 3
B- Conceitos de receitas e despesas “versus” variações patrimoniais, utilizados no setor público.	0 a 12
C- Clareza, coesão e coerência	0 a 3
D- Correção gramatical	0 a 2

**TEMA 2.** A NBC SP T 16.6 – Demonstrações Contábeis estabeleceu as demonstrações a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades públicas. Nesse sentido, a norma, além de atender ao disposto no art. 101 da Lei Federal nº 4.320/64, trouxe, como inovação, a elaboração de mais duas demonstrações, ampliando o rol de demonstrativos a serem elaborados pela Contabilidade ao final de cada exercício financeiro. Com base nos dispositivos atuais, mencione as demonstrações que foram introduzidas e a sua composição, bem como discorra sobre as principais alterações efetuadas nas estruturas das demonstrações originais, anexas à Lei nº 4.320/64, para atender à nova visão da Contabilidade do Setor Público Brasileiro.

GRADE DE AVALIAÇÃO - TEMA 2	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Citação das novas demonstrações e a sua composição.	0 a 5
B- Menção às alterações efetuadas nas estruturas dos demonstrativos.	0 a 10
C- Clareza, coesão e coerência	0 a 3
D- Correção gramatical	0 a 2

**TEMA 3.** Com base na implementação das NBCASP, procedimentos e orientações definidos pelos órgãos normatizadores da nova contabilidade aplicada ao setor público, explique se os Restos a Pagar, ao final de cada exercício, sob a visão contábil-patrimonial continuarão sendo evidenciados como um passivo do Estado.

GRADE DE AVALIAÇÃO - TEMA 3	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Conceito e classificação de Restos a Pagar. Análise Legal e Contábil.	0 a 3
B- Conceito, mensuração, reconhecimento, classificação e avaliação de passivo sob a perspectiva da doutrina contábil e das normas de contabilidade.	0 a 12
C- Clareza, coesão e coerência	0 a 3
D- Correção gramatical	0 a 2

## Planejamento e Orçamento Público

### Questão 02

Produza um texto, utilizando o mínimo de 20 (vinte) linhas e o máximo de 30 (trinta) linhas, que atenda a uma das 3 (três) propostas apresentadas a seguir, de sua livre escolha.

**TEMA 1.** A Lei Complementar nº 101/2000, ou Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece as normas orientadoras das finanças públicas no Brasil. Dentre os valores que nortearam a elaboração dessa lei está o entendimento de que o almejado aprimoramento da gestão das contas públicas deverá ser obtido mediante introdução de melhores práticas de gestão. Os três níveis de governos, o Federal, o Estadual e o Municipal, por meio desse ordenamento jurídico, passaram a experimentar um novo regime de administração dos recursos públicos, denominado Gestão Fiscal Responsável, que está assentado em quatro pilares, definidos no contexto da referida lei. Um desses pilares é a transparência da gestão fiscal que consiste na ampla divulgação à sociedade, de forma clara e objetiva, dos atos praticados pelos gestores públicos.

Com base no contexto da LRF, cite e explique os outros três pilares que sustentam o ordenamento institucional, estabelecidos na lei, e, conforme preconizado no artigo 48, cite e explique os instrumentos de transparência da gestão fiscal.

GRADE DE AVALIAÇÃO - TEMA 1	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Citar e explicar cada um dos três outros pilares que estão definidos na LRF.	0 a 3
B- Citar e explicar sucintamente cada um dos instrumentos de transparência.	0 a 12
C- Clareza, coesão e coerência	0 a 3
D- Correção gramatical	0 a 2

**TEMA 2.** O processo ou ciclo orçamentário pode ser definido como uma série de passos que se repetem em períodos prefixados. Constitui, portanto, a articulação de um conjunto de procedimentos, dotados de características próprias, que se sucedem ao longo do tempo e se realimentam cada vez que estes são novamente implementados.

Esse processo resulta da singular natureza do orçamento, que, desde a sua mais remota origem, tem sido entendido como um instrumento político, por estabelecer parâmetros para a cobrança de tributos, fixar limites para a realização de gastos públicos, definir responsabilidades e servir de instrumento de avaliação a ser exercido pela sociedade para controlar as atividades dos administradores públicos.

A literatura especializada sobre o Ciclo Orçamentário apresenta-o, em geral, como compreendendo um conjunto de quatro grandes fases, cuja materialização se estende por vários exercícios financeiros.

Mencionar essas quatro grandes fases, explicando os procedimentos realizados em cada uma dessas fases e os principais atores responsáveis por elas.

GRADE DE AVALIAÇÃO - TEMA 2	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Mencionar as quatro grandes fases do Ciclo e os seus atores responsáveis.	0 a 6
B- Citação dos procedimentos executados em cada uma das fases.	0 a 9
C- Clareza, coesão e coerência	0 a 3
D- Correção gramatical	0 a 2

**TEMA 3.** De grande importância para a compreensão do orçamento são os critérios de classificação das contas públicas. As Classificações Orçamentárias são necessárias à transparência e à sistematização dos documentos do Orçamento Anual, a fim de permitir que o Estado possa cumprir seus vários papéis, destacando-se os de formulação de políticas públicas; de planejamento estratégico; de orçamentação e programação; de atribuição de responsabilidades; de gerência e de administração integrada; e de acompanhamento, avaliação e controle das ações de governo.

A partir do orçamento do ano 2000, diversas modificações foram estabelecidas na classificação vigente, procurando-se privilegiar o aspecto gerencial do orçamento, com adoção de práticas simplificadoras e descentralizadoras.

Essa unificação de conceitos representa um importante passo no sentido da modernização dos processos de planejamento e orçamento, em consonância com a política de governo de se buscar para o setor público uma administração menos burocrática e mais gerencial, com efetiva orientação para resultados.

Na Lei Orçamentária, podemos destacar que são utilizados, basicamente, três grupos ou modalidades de classificações: a) comuns à Receita e a Despesa; b) da Receita; e c) da Despesa.

Com base na técnica atual aplicada à administração pública no Brasil, discorra sobre os aspectos pelos quais as Receitas e Despesas Públicas estão classificadas na Lei Orçamentária.

GRADE DE AVALIAÇÃO - TEMA 3	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
<b>A-</b> Citação dos aspectos da classificação orçamentária da Receita e da Despesa.	0 a 4
<b>B-</b> Discorrer sobre cada um desses aspectos utilizados na Classificação da Receita e da Despesa.	0 a 11
<b>C-</b> Clareza, coesão e coerência	0 a 3
<b>D-</b> Correção gramatical	0 a 2

# Contabilidade Pública

## Questão 01

10

20

30

RASCUNHO

Planejamento e Orçamento Público  
Questão 02

10

20

30

RASCUNHO